



PORTARIA Nº 1.000, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, aprovado pela Portaria nº 212, de 19 de janeiro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.506636/2017-62, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação do curso de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - Célula - Modalidade Semipresencial - MMA CEL da FÊNIX EDUCACIONAL LTDA., situada na Av. Alberto Santos Dumont s/nº, Hangar 2, Jardim Higienópolis, em Araraquara - SP, CEP: 14807-230.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS
E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 29 de março de 2017

Nº 39 - Processo nº 50309.002254/2015-61. Empresa Penalizada: Companhia de Integração Portuária do Ceará - CEARÁPORTOS, CNPJ nº 01.256.678/0001-00. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 24.300,00; pela prática da infração capitulada no inciso XVIII, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

Nº 40 - Processo nº 50300.005666/2016-13. Empresa Penalizada: Portofer Transporte Ferroviário Ltda., CNPJ nº 03.835.338/0001-51. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 6.336,00; pela prática da infração capitulada no inciso XI, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

Nº 41 - Processo nº 50300.010021/2016-01. Empresa Penalizada: Portofer Transporte Ferroviário Ltda., CNPJ nº 03.835.338/0001-51. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a aplicação da penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 6.336,00; pela prática da infração capitulada no inciso XI, do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 06/02/2014.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHOS DO CHEFE
Em 13 de janeiro de 2017

Nº 3 - Processo nº 50300.005375/2016-25. Empresa Penalizada: Maria de L P da Trindade - ME, CNPJ nº 15.787.653/0001-30. Objeto e

Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 360,00; pelo cometimento da infração capitulada no inciso XIX, do art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ, de 23/11/2007.

Em 14 de fevereiro de 2017

Nº 14 - Processo nº 50300.005289/2016-12. Empresa Penalizada: A A dos Santos Pereira Transporte - ME, CNPJ nº 10.828.997/0001-26. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R\$ 59.560,91; pelo cometimento das infrações capituladas nos incisos I, II, III, XVI, XXI, XIX, XVII, XVIII e XXX-VIII, do art. 20, da Norma aprovada pela Resolução nº 912/ANTAQ, de 23/11/2007.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO DO CHEFE
Em 13 de fevereiro de 2017

Nº 5 - Processo nº 50301.002212/2015-08. Empresa Penalizada: Universo Serviços Marítimos Ltda. - EPP, CNPJ nº 13.272.196/0001-15. Objeto e Fundamento Legal: aplicar a penalidade de advertência; pelo cometimento das infrações tipificadas nos incisos I, IV e VII do art. 21 da Resolução nº 2.510/ANTAQ, de 19/06/2012; e inciso III, do art. 23 da Resolução nº 2.921/ANTAQ, de 04/06/2013; e inciso III do art. 25 da Resolução nº 2.919/ANTAQ, de 04/06/2013.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO
Em 29 de março de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANTAQ nº 1, de 5 de janeiro de 2017, na legislação de regência e considerando o que consta do Processo nº 50300.012434/2016-11, informa que foi publicado no sítio eletrônico da ANTAQ o Comunicado Relevante nº 04/2017, acerca do Edital do Leilão no 01/2017-ANTAQ.

LUIZ OSMAR SCARDUELLI JUNIOR

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira e estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP no exercício financeiro de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 75, de 22 de março de 2017, o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, combinado com o art. 58, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 28, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 75, de 22 de março de 2017, e o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e os créditos adicionais do exercício, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenhos de Outras Despesas Correntes e de Capital constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior e dos créditos adicionais supracitados, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no anexo II desta Portaria.

Art. 3ºFica revogada a Portaria PGR nº 13, de 7 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 29, Seção 1, de 9 de fevereiro de 2017.

Art. 4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Art. 1º Ficam contidos, conforme o Anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenho de Outras Despesas Correntes e de Capital, constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria CNMP-PRESI nº 7, de 31 de janeiro 2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, edição de 1º de fevereiro de 2017, p. 106.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REDUÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHOS

59101- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO R\$ 1,00			
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.032.2100.8010.0001 - Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público.	4.4.90.00	100	625.414
T O T A L			625.414

ANEXO II

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

R\$1,00		
MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL
ATÉ MARÇO	14.760.663	18.455.873
ATÉ ABRIL	17.998.663	21.563.873
ATÉ MAIO	21.236.663	24.671.873
ATÉ JUNHO	25.474.663	27.779.873
ATÉ JULHO	27.712.663	30.887.873
ATÉ AGOSTO	30.950.663	33.995.873
ATÉ SETEMBRO	34.188.663	37.103.873
ATÉ OUTUBRO	37.426.663	40.211.873
ATÉ NOVEMBRO	40.664.663	43.319.873
ATÉ DEZEMBRO	43.911.282	46.436.086
Nota: Esta programação poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação e recomposição de limitação de empenho e/ou créditos adicionais.		

ANEXO I

34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
LIMITAÇÃO DE EMPENHO

R\$1,00			
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.1E30.0001 - Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional	3.3.90.00	100	2.000.000
	3.3.90.00	188	2.000.000
	4.4.90.00	100	1.996.077
	4.4.90.00	188	3.000.000
03.122.0581.3752.0001 - Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais - Nacional	3.3.90.00	188	5.000.000
	4.4.90.00	188	2.100.000
	4.5.90.00	100	900.000
	4.5.90.00	188	2.000.000
03.125.0581.2508.0001 - Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional	3.3.90.00	100	2.150.000
	3.3.90.00	188	2.720
	4.4.90.00	100	4.350.000
	4.4.90.00	188	32.000
03.122.0581.7J45.3273 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES			



- No Município de Vitória - ES	4.4.90.00	188	9.500.000
03.122.0581.1203.5027 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Porto Alegre - RS	4.4.90.00	100	4.800.000
- No Município de Porto Alegre - RS			
03.122.0581.14ZU.3341 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República no Rio de Janeiro - RJ	4.4.90.00	188	1.017.359
- No Município do Rio de Janeiro - RJ			
03.122.0581.7X71.0229 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Tabatinga - AM	4.4.90.00	100	1.000.000
- No Município de Tabatinga - AM			
03.122.0581.14ZT.0421 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Araguaína - TO	4.4.90.00	100	500.000
- No Município de Araguaína - TO			
03.122.0581.11SD.0269 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA	4.4.90.00	100	500.000
- No Município de Belém - PA			
03.122.0581.7X73.5664 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região em Brasília - DF	4.4.90.00	100	250.000
- Em Brasília - DF			
T O T A L			43.098.156

34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR			R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.12DN.3341 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ	4.4.90.00	100	9.922.113
- No Município do Rio de Janeiro - RJ			
T O T A L			9.922.113

34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITORIOS			R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.13C1.0053 - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia - DF	4.4.90.00	100	5.047.488
- No Distrito Federal			
T O T A L			5.047.488

34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO			R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.062.0581.4262.0001 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	3.3.90.00	100	1.157.889
	4.4.90.00	100	1.242.681
- Nacional			
03.122.0581.7V74.0001 - Modernização das Instalações do Ministério Público do Trabalho	3.3.90.00	100	96.317
	4.4.90.00	100	142.472
- Nacional			
03.122.0581.7U79.2143 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Juazeiro - BA	4.4.90.00	100	100.000
	4.4.90.00	188	5.400.000
- No Município de Juazeiro - BA			
03.122.0581.7U80.2338 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Vitória da Conquista - BA	4.4.90.00	100	46.155
- No Município de Vitória da Conquista - BA			
03.122.0581.7U81.2275 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Santo Antônio de Jesus - BA	4.4.90.00	100	46.155
- No Município de Santo Antônio de Jesus - BA			
03.122.0581.13CA.5664 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília - DF	4.4.90.00	100	2.777.331
- Em Brasília - DF			
03.122.0581.7W50.4397 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho em Umuarama - PR	4.4.90.00	100	46.155
- No Município de Umuarama - PR			
03.122.0581.7X22.3273 - Reforma do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Vitória - ES			

- No Município de Vitória - ES	3.3.90.00	188	4.615.531
03.122.0581.7X19.5218 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande - MS	4.4.90.00	188	4.615.531
- No Município de Campo Grande - MS			
03.122.0581.15B9.0981 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Teresina - PI	4.4.90.00	188	6.923.296
- No Município de Teresina - PI			
03.122.0581.13CB.5027 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Porto Alegre - RS	4.4.90.00	188	6.461.743
- No Município de Porto Alegre - RS			
03.122.0581.13CJ.1261 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Mossoró - RN	4.4.90.00	100	46.155
- No Município de Mossoró - RN			
03.122.0581.15O0.0001 - Fortalecimento da Cultura do Trabalho e do Trabalhador - Nacional	3.3.90.00	100	92.311
T O T A L			33.809.722
34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO			R\$1,00
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.122.0581.11EQ.5664 - Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União	4.4.90.00	100	336.521
- Em Brasília - DF			
T O T A L			336.521
T O T A L G E R A L			92.214.000

ANEXO II		
34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL		
R\$1,00		
MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
ATÉ MARÇO	1.321.001.307	414.184.126
ATÉ ABRIL	1.701.001.307	543.192.216
ATÉ MAIO	2.081.001.307	672.200.306
ATÉ JUNHO	2.461.001.307	801.208.395
ATÉ JULHO	2.851.001.307	930.216.485
ATÉ AGOSTO	3.241.001.307	1.059.224.574
ATÉ SETEMBRO	3.631.001.307	1.188.232.664
ATÉ OUTUBRO	4.021.001.307	1.317.240.754
ATÉ NOVEMBRO	4.661.001.307	1.446.248.843
ATÉ DEZEMBRO	4.944.403.286	1.575.256.933
Nota: Esta programação não contém créditos especiais reabertos, e poderá sofrer alterações em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação de empenho ou créditos adicionais.		

PORTARIA Nº 264, DE 29 DE MARÇO DE 2017		
O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, Inciso XX, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR n.º 1.00.000.017480/2016-68, resolve:		
Retificar a Portaria PGR/MPF n.º 67, de 26 de janeiro de 2017, publicada no DOU de 27 de janeiro 2017, Seção 1, fl. 75, republicada no DOU de 06 de fevereiro de 2017, Seção 1, fl. 86 referente a fixação da lotação de cargos de membros nas unidades do Ministério Público Federal, onde se lê:		
(...)		
Pernambuco	18	
Recife/Goiana	02	
Cabo de Santo Agostinho/Palmares	02	
Caruaru	02	
Garanhuns/Arcoverde	01	
Jaboatão dos Guararapes	03	
Petrolina/Juazeiro	02	
Salgueiro/Ouricuri	01	31
Serra Talhada		
(...)		
Leia-se:		
(...)		
Pernambuco	17	
Recife	02	
Cabo de Santo Agostinho/Palmares	02	
Caruaru	02	
Garanhuns/Arcoverde	01	
Goiana	01	
Jaboatão dos Guararapes	03	
Petrolina/Juazeiro	02	
Salgueiro/Ouricuri	01	31
Serra Talhada		
(...)		
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS		

PORTARIA Nº 265, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.21.000.000345/2016-53, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica S.S. Serviços Terceirizados Eireli-ME, CNPJ nº 17.745.728/0001-45, a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 2 (dois) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 266, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.35.000.001877/2016-12, resolve:

Art. 1º Aplicar à Santos e Dantas Transportes Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 17.353.362/0001-69, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, c/c o item 16.1 do edital do Pregão Eletrônico PR/SE nº 2/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 267, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 357, de 5/5/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.00.000.009063/2016-41, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Produserv Serviços Eireli - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.832.629/0001-09, a penalidade administrativa de impedimento de licitar e de contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, c/c o item 15.1, alínea "e" do Pregão Eletrônico nº 9/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 23, DE 28 DE MARÇO 2017

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na CEDI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SIS-PROWEB sob nº 08190.050532/17-59, que tem como interessados: DISTRITO FEDERAL, ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (CLUBE DA SAÚDE), SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA, HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA e MARÍLIA COELHO CUNHA, para apurar a suposta ocorrência de enriquecimento ilícito e dano ao erário perpetrados por ex-secretários de estado e pelo atual Presidente do Clube da Saúde em dois termos de cessão de uso de espaço públicos em benefício da aludida entidade associativa, além de pagamento de despesas ordinárias desta pelo Distrito Federal.

RAQUEL TIVERON

PORTARIA Nº 24, DE 29 DE MARÇO 2017

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 1ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SIS-PROWEB sob nº 08190.050109/17-59, que tem como interessados: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB; MAURÍCIO LEITE LUDUVICE; JOSÉ MÁRIO DE CASTRO JÚNIOR; LAURO TAÍRA; KLAUS DIETER NEDER; MKM - ENGENHARIA AMBIENTAL EPP; COLMAR - ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.; COET - CENTRO OESTE EQUIPAMENTO E PROCESSO DE TRATAMENTO LTDA - ME, para apurar prática de improbidade administrativa por dano ao erário, enriquecimento ilícito e violação de princípios.

ROBERTO CARLOS SILVA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA 9, DE 22 DE MARÇO DE 2017
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro José Múcio Monteiro (Vice-Presidente) e Presidente Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 14 horas e 39 minutos, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausente o Ministro Aroldo Cedraz, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 8, referente à sessão ordinária realizada em 15 de março (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 16 e 22 de março, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 007.987/2001-1
Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A., PROCURADORIA DA REPÚBLICA/RJ - MPF/MPU
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 009.799/2006-1
Interessado: Câmara dos Deputados
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 034.286/2014-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 005.561/2017-5
Interessado: CONGRESSO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

Processo: 005.648/2017-3
Interessado: CONSTRUTORA PASSARELLI LTDA
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 005.601/2017-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER

Processo: 003.935/2017-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 004.462/2017-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 008.925/2004-8
Interessado: Banco do Brasil S.A.
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 011.306/2012-2

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Revisão de ofício - questão de ordem - Ata 33/2006-P

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 014.174/2012-0

Interessado: CONSÓRCIO OAS/CAMARGO CORREA/GALVÃO/CONSÓRCIO OAS/CAMARGO CORREA/GALVÃO

Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 039.676/2012-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 005.687/2017-9

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 005.684/2017-0

Interessado: Não há

Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43

Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 464 a 482.

RELAÇÃO Nº 9/2017 - Plenário

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 464/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 12, incisos II e III, e 47 da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso V, "g", do Regimento Interno, em determinar a conversão em Tomada de Contas Especial do processo a seguir relacionado e a citação dos responsáveis nos termos propostos pela instrução de peça 58 (subitem 104.b); adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o apensamentos dos autos ao processo de tomada de contas especial que vier a ser atuado, de acordo com o parecer da SeinfraUrb:

- ProcessoTC-000.141/2013-5 (ACOMPANHAMENTO)
 - Responsáveis: Consórcio Top - Geosistemas (14.448.260/0001-39); Joao Bosco Fernandes Dias (073.673.255-15)
 - Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
 - Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
 - Representante do Ministério Público: não atuou
 - Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
 - Representação legal: não há.
 - Medidas:
 - informar ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia de que foi verificado superfaturamento no Contrato 46/2012 no valor de R\$ 773.995,02 (data-base em maio/2012), sendo que, desse total, o montante de R\$ 148.753,57 (data-base em maio/2012) corresponde a recursos do estado da Bahia;
 - dar ciência à Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) de que foi verificado um sobrepreço de R\$ 44.517,08 (data-base fevereiro/2014) no orçamento constante da Concorrência 3/2014, a qual culminou no Contrato 21/2014, cujo objeto é a segunda etapa das obras de acessibilidade à Arena Fonte Nova, em desacordo com os arts. 3º e 4º do Decreto Federal 7.983/2013 e com a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.350/2007, 2.062/2007 e 3.100/2013, todos do Plenário.

ACÓRDÃO Nº 465/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso VI, e 250, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, e em fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da Selog:

- ProcessoTC-004.365/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
 - Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
 - Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
 - Representante do Ministério Público: não atuou
 - Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
 - Representação legal: não há.
 - Determinar, com base no art. 157 do Regimento Interno/TCU, a diligência ao Inep, para que, no prazo de até 15 (quinze) dias:
 - justifique a escolha da modalidade concorrência e do tipo "técnica e preço" para a contratação dos serviços de aplicação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB 2017;
 - encaminhe os estudos técnicos preliminares que embasaram a escolha da modalidade e do tipo de licitação pretendido para a contratação em questão;